

A diversidade cultural: a necessidade e a obrigatoriedade de se trabalhar a cultura afro-brasileira no contexto escolar

Cultural Diversity: the need and the obligation to work afro-brazilian culture in the school context

Larisse Fátima Lima Ferreira

Graduanda do Curso de Pedagogia (UNIPAM).

E-mail: larisselima2010@hotmail.com

Maria da Penha Vieira Marçal¹

Professora Dra. orientadora (UNIPAM).

Resumo: Desde a sanção da Lei nº 10.639/03, a temática da diversidade cultural passou a ser um componente curricular obrigatório em todos os níveis de ensino. Temos como hipótese que há uma grande resistência das escolas em se trabalhar o tema. Nesse sentido, o escopo deste estudo é investigar como a Lei nº 10.639 vem sendo cumprida nas escolas e compreender a importância e as dificuldades que os docentes do Ensino Fundamental I destacam para o ensino das relações étnico-raciais. Para tanto, questionários foram aplicados de forma censitária aos educadores das escolas da rede estadual em Patos de Minas-MG. Os resultados revelaram que os educadores estão conscientes da importância de se trabalhar a diversidade cultural. Entretanto, é necessário um maior engajamento da escola para que o tema seja desenvolvido de maneira significativa e, assim, minimizar a discriminação e o preconceito, tanto no ambiente escolar como em todos os segmentos da vida social.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Educação. Preconceito. Transculturalidade.

Abstract: Since the enactment of Law 10,639/03, cultural diversity has become a compulsory curricular component at all levels of education. We hypothesize that there is great resistance from schools to work on the subject. In this sense, the scope of this study is to investigate how Law No. 10,639 has been fulfilled in schools and to understand the importance and difficulties that primary school teachers emphasize for the teaching of ethnic-racial relations. For that, questionnaires were applied in a census form to the educators of the schools of the state network in Patos de Minas-MG. The results revealed that educators are aware of the importance of working on cultural diversity. However, there is a need for greater involvement of the school in order to have the subject developed in a meaningful way and thus to minimize discrimination and prejudice, both in the school environment and in all segments of social life.

Keywords: Cultural diversity. Education. Prejudice. Transculturality.

¹ Além de apresentar e divulgar os resultados de uma pesquisa acadêmica, a publicação do presente artigo se configura como uma homenagem *in memoriam* à professora Maria da Penha Vieira Marçal que, com dedicação e engajamento, orientou o presente trabalho.

1 Introdução

A cultura brasileira é, em sua essência, extremamente diversificada, sendo constituída por múltiplas dimensões que, juntas, formam a identidade do patrimônio nacional. As origens dessa pluralidade foram definidas pelo processo histórico-social, o qual se deu pelo encontro das três grandes “raças” que formaram o povo brasileiro: indígena, europeia e africana. No entanto, essa miscigenação não aconteceu de maneira pacífica, sendo marcada pela escravidão e pela instituição de valores ao longo do período colonial e da história do Brasil.

O transcorrer desse processo teve como destaque a luta dos povos indígenas e africanos contra a dominação portuguesa. Com efeito, parte das tradições desses povos foi preservada. Na verdade, a interação entre o colonizador e os grupos dominados promoveu uma troca de costumes e valores, em que os europeus também se deixaram influenciar pela cultura desses povos. Dessa forma, a cultura brasileira foi construída pela grande variedade de hábitos culturais dos três grandes grupos étnicos, manifestados pela astronomia, pela religião, pelas artes, pelas variações linguísticas, além dos aspectos físicos, como cor da pele, dos olhos e textura dos cabelos.

Apesar dessa pluralidade cultural, a população brasileira não aprendeu a lidar com tantas diferenças presentes no cotidiano da sociedade. De fato, as desigualdades e discriminações contra negros e indígenas são evidentes no meio social, afetando, assim, o desenvolvimento pleno da sociedade. Particularmente, no âmbito educacional, as consequências desses contrastes repercutem no trabalho pedagógico, prejudicando o processo ensino-aprendizagem. Diante dessa perspectiva, a importância de se trabalhar a cultura indígena e africana nas escolas tem sido alvo de debates nos eventos educacionais, de modo geral.

O apoio do legislativo tentou promover avanços no currículo pedagógico ao fomentar a execução de temas transversais envolvendo a diversidade étnica. No entanto, muitas escolas têm se omitido no cumprimento dessas determinações, o que prejudica a formação dos alunos. Conseqüentemente, os professores também se omitem em não construírem com seus alunos o respeito à diversidade e a valorização da diversidade cultural.

Nesse contexto, elaboramos a nossa problemática de pesquisa pautada nas seguintes indagações: de que maneira a rede estadual de ensino tem desenvolvido uma proposta metodológica para a prática da diversidade cultural entre os alunos do Ensino Fundamental? Os professores estão conscientes da importância em se trabalhar a cultura afro brasileira para o combate ao preconceito e outras formas de discriminação? Como os professores têm lidado com as diferenças étnico-culturais em sala de aula? O material didático oferece condições de trabalhar a temática da diversidade, a fim de superar as desigualdades raciais e sociais?

Sabe-se que a aplicação da Lei 10.639 nos anos iniciais do ensino fundamental é viável e eficaz para proporcionar o conhecimento acerca do tema e para o combate ao preconceito. Nesse sentido, acredita-se que os professores estão despertos para a importância da inserção desse tema nos currículos escolares e na formação dos educandos. Contudo, percebe-se que muitos profissionais da educação não estão preparados para a abordagem desse conteúdo ou, ainda, a escola não tem oferecido

suporte pedagógico adequado para o desenvolvimento do tema, restringindo-o apenas às datas comemorativas, como o dia do índio e o dia da consciência negra.

Assim, o objetivo desta pesquisa é averiguar a influência que a cultura afro-brasileira proporciona para a sociedade e entender como a Lei 10.639 vem sendo trabalhada em sala de aula. Além disso, de maneira específica, o presente trabalho visa compreender a importância que os docentes do Ensino Fundamental I destacam para o ensino das relações étnico-raciais, bem como compreender as dificuldades que os mesmos enfrentam na abordagem desse tema.

A escola é o ambiente propício para o combate a diversos preconceitos, uma vez que nela se encontram indivíduos em processo de construção do pensamento cognitivo e da sua personalidade. Portanto, este estudo surge da necessidade de verificar como estão sendo desenvolvidos trabalhos voltados para a formação étnico-cultural dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas de Patos de Minas. Além disso, o presente estudo se justifica pela indispensabilidade de se averiguar se estão sendo cumpridas as determinações à implantação da Lei 10.639, em ordem de reduzir as diversas formas de exclusão e discriminação.

As instituições de ensino são os locais mais plurais da sociedade, sendo compostas de grande diversidade social, cultural, racial e religiosa. Assim sendo, acredita-se que a implementação de propostas pedagógicas voltadas para a valorização cultural e histórica de todos os povos que compõem o Brasil é primordial para a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Por fim, espera-se que esta pesquisa provoque uma reflexão nos profissionais da educação para a promoção da diversidade étnico-racial no ambiente escolar, enaltecendo, assim, as riquezas da miscigenação e suas manifestações culturais para a identidade brasileira.

2 Revisão teórica

2.1 Transculturalidade: origens e impactos nos dias de hoje

Desde sua chegada ao solo brasileiro, a população africana tem lutado pela garantia de seus direitos político-sociais no país. No passado, a abolição da escravidão conquistada sob muita pressão e esforço de alguns grupos políticos não assegurou maiores direitos à população negra, colocando-a em condições de miséria e marginalização. Nos anos subsequentes, o governo brasileiro se omitiu da responsabilidade em criar legislações que protegessem a população negra do racismo e da discriminação. Atualmente, apesar de terem alcançado grandes benefícios e direitos sociais, esse grupo ainda enfrenta dificuldades de inclusão e reconhecimento como construtores da história e cultura brasileira. (FERNANDES, 2005; LIMA, 2012).

Entre os obstáculos que se colocam no caminho da população afrodescendente, pode-se destacar o acesso à educação e a permanência dos mesmos no ambiente escolar, sendo subjugados à incapacidade intelectual, bem como à exclusão elitista (LIMA, 2012). Conforme dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a taxa de analfabetismo para as pessoas negras é maior do que da população branca (13,4% e 5,9%, respectivamente). Em relação ao acesso aos estudos, os índices indicam que, quando comparados às pessoas brancas, os negros possuem menor frequência à

escola (43% para negros e 60% para brancos). No que diz respeito ao ensino superior, apenas 28% da população negra frequenta a modalidade. Da mesma maneira, o índice de evasão e repetência para os indivíduos negros são muito mais elevados do que dos brancos. (BRASIL, 2010).

Da mesma maneira, a população indígena enfrentou grandes entraves para ter seus costumes devidamente reconhecidos como parte da identidade nacional. No período colonial, os índios foram catequisados de forma compulsória, sem ao menos considerar sua crença, sua língua e suas tradições. Assim como os africanos, esses povos sofreram com a escravização, sendo reprimidos e educados apenas para exercerem funções específicas no ambiente de trabalho. (HENRIQUES *et al.*, 2007; LIMA, 2012). Essas relações estabelecidas no passado criaram estereótipos que têm afetado a hierarquização social, o que contribui para o aumento das desigualdades pelo acesso às oportunidades de ensino, saúde, trabalho etc. Lima (2004, p. 85), ressalta que

[...] no âmbito educacional a África é vista muitas vezes apenas como a terra da macumba, da capoeira e do tambor, é preciso libertar-se dessa imagem folclórica do negro no Brasil e dessa concepção escravista criada por antigos historiadores, considerando a extensa participação africana no processo de formação do país.

A partir das décadas de 1950 e 1960, iniciou-se a preocupação com o processo de educação dessas minorias sociais, a fim de melhorar a imagem e o progresso do país. O debate acerca da diversidade cultural e da escola pública teve como base o modelo de educação libertária doutrinada por Paulo Freire. Contudo, ainda assim, as culturas negra e indígena foram deixadas de lado no currículo escolar por muitas e muitas décadas. (HENRIQUES *et al.*, 2007). Desse modo, objetivando reivindicar reparações, além de preservar a memória e a cultura desses grupos, muitos movimentos políticos foram surgindo e ganhando força a partir das últimas décadas. As ações desses movimentos culminaram na criação de várias políticas públicas voltadas para a melhoria das condições sociais desses povos, especialmente no que diz respeito à qualidade da educação. A UNESCO (2009, p. 15) reconhece o impacto dessas ações ao reconhecer que

as políticas educacionais têm uma repercussão decisiva no florescimento ou no declínio da diversidade cultural e devem promover a educação pela e para a diversidade. Assim se garante o direito à educação, ao mesmo tempo em que se reconhece a diversidade das necessidades dos educandos (especialmente daqueles que pertencem a grupos minoritários, indígenas ou nômades) e a variedade dos métodos e conteúdos conexos.

Nessa perspectiva, o amparo dado pela Constituição Federal de 1988 foi o marco inicial legal para o reconhecimento e respeito ao multiculturalismo no Brasil. De fato, o documento traz, em alguns de seus artigos, disposições sobre a proteção às manifestações culturais africanas e indígenas. Outras garantias respondem à fixação de datas comemorativas; tombamento de patrimônios históricos pertencentes a esses grupos, entre outras ações que contribuíram para a valorização cultural desses povos. (ABREU; MATTOS; DANTAS, 2010). Contrariamente, Pabis e Martins (2014) rebatem que os simbolismos criados pelas datas comemorativas restringem à celebração da

pluralidade apenas a esses dias específicos, os quais, muitas vezes, não são lembrados fora do ambiente escolar.

De acordo com Silva (2011), é dever da escola difundir a colaboração dos grupos étnico-raciais na construção da identidade nacional nos mais diversos âmbitos sociais. Assim, no que diz respeito ao currículo pedagógico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) deu suporte à diversidade étnica ao determinar que “o ensino de História do Brasil deve abranger as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. (BRASIL, 1996). Igualmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também contribuíram para legitimar o ensino da diversidade cultural no Ensino Fundamental. A elaboração desse documento colaborou para a elaboração de projetos interdisciplinares com essa temática, integrando as disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia, História, Artes, entre outras. (FERNANDES, 2005).

Somente no ano de 2003 é que foi sancionada a Lei n. 10.639, a qual garantia o ensino da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental, médio e superior nas redes públicas e privadas de ensino. Outras determinações envolvendo a referida Lei são os elementos que o conteúdo programático deveria incluir e os âmbitos em que estes seriam ministrados. Outra providência também estabelecida incluía o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Esse passo foi importante para a construção de um espaço multicultural nas escolas, com o objetivo de construir o respeito às diferenças étnicas e culturais no sentido de incluir as diferentes etnias. (FERNANDES, 2005; PABIS; MARTINS, 2014).

Diante da necessidade de se incluir a temática indígena, a Lei 10.639 foi modificada, transformando-se na Lei 11.645/08. Subsequentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram promulgadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. O objetivo dessa iniciativa foi procurar corrigir injustiças, extinguir atitudes discriminatórias e incentivar a inclusão social, especialmente na promoção da cidadania no sistema educacional brasileiro. (BRASIL, 2004).

Os governos estaduais e municipais também se preocuparam com a temática da diversidade, especialmente a partir da formulação de políticas públicas que fomentaram a capacitação continuada dos profissionais da educação, a reestruturação do projeto pedagógico, bem como da adoção de recursos tecnológicos na rede pública de ensino. Essas medidas foram tomadas a partir da constatação das circunstâncias do que é a escola e seus aprendizes multiétnicos. Nesse sentido, a partir dessas ações, pode-se observar que, além do legislativo, o governo também se preocupou em desenvolver materiais que pudessem servir de apoio aos educadores no cumprimento da promoção da diversidade cultural. (CARDOSO; MUZZETI, 2007; PABIS; MARTINS, 2014; SILVA, 2011).

2.1 Racismo, discriminação e diversidade cultural nas escolas: desafios a serem superados

Mesmo com tanta pluralidade existente no Brasil, ainda é comum a supervalorização da cultura europeia em detrimento das africana e indígena. Em consequência disso, evidencia-se a formação de contrastes socioeconômicos entre

classes e etnias, os quais geram casos de racismo, discriminação e intolerância. (CARDOSO; MUZZETI, 2007; FERNANDES, 2005; PABIS; MARTINS, 2014). Nas palavras de Lima (2012, p. 39), a “classificação social favorece a discriminação étnico-racial, uma vez que esta determina os padrões de vida das pessoas e sua segregação”. Embora essa seja uma realidade excludente, talvez este seja o maior propulsor na busca pelos direitos desses povos, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação.

O racismo é considerado crime em todo território nacional e, mesmo assim, dia após dia, continua a fazer vítimas. Apesar de todas as penalidades envolvidas, pode-se observar que punir não é a solução mais eficaz. Uma das causas do racismo ou de qualquer outra forma de preconceito é a ignorância. Assim sendo, o conhecimento é considerado como solução para esse problema. Por isso, a escola é a principal via para o despertar de uma nova concepção de mundo, em que o acesso ao conhecimento e à pluralidade em todas as suas esferas pode garantir uma renovação da consciência social. Contudo, as instituições de ensino ainda não sabem lidar com a temática da pluralidade, o que caracteriza um dos principais entraves para o desenvolvimento do tema. Além disso, para que o conhecimento seja significativo, torna-se necessário que o desejo de mudança pessoal se concretize, a fim de que esse cenário seja transformado. (FERNANDES, 2005; LIMA, 2012).

Diante disso, a Lei 10.639 pode ser considerada como uma aliada para o desenvolvimento de práticas pedagógicas a favor da diversidade racial e, conseqüentemente, contra o preconceito, desde que cumpridas as suas determinações. De fato, a partir da sanção da respectiva Lei, os estabelecimentos de ensino foram obrigados a trabalhar as culturas africana e indígena com a mesma ênfase que sempre se deu a cultura europeia na formação do Brasil. Assim sendo, a escola não pode mais rejeitar as questões que circundam a pluralidade, as quais proporcionam aos educandos a oportunidade de conhecer melhor a história e a cultura desses povos. Em conjunto a essa Lei Federal, emergiu-se a necessidade de se discutir o papel social da escola na promoção de relações mais igualitárias e coletivas, especialmente no que diz respeito à construção da democracia e da inclusão. (SILVA, 2012). Para o Ministério da Educação do Brasil,

na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. (BRASIL, 2005, p. 11).

Por meio dessa afirmação, pode-se perceber a importância de se cumprir a Lei 10.639 nas escolas, a fim de implantar valores, tais como a solidariedade, o respeito, a amizade, a empatia e a humanidade. Entretanto, muitos gestores de escolas públicas e privadas têm se mostrado indiferentes em abordar os conteúdos da diversidade. Os motivos para tal resistência das instituições de ensino são muitos, entre os quais

podem-se destacar o preconceito racial, ainda presente, mesmo que de forma velada nas escolas, a intolerância religiosa, o desinteresse dos profissionais da educação ao tema, bem como a deficiência na formação docente. (SILVA, 2011). Munanga (2004, p. 18) afirma que

não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco.

Além disso, muitos materiais didáticos disponibilizados para as instituições de ensino representam um dos principais empecilhos para o fim das desigualdades raciais. De fato, durante anos, os recursos pedagógicos omitiram a participação dos indígenas e africanos da história do Brasil, resumindo-a apenas em curtos trechos marcados por uma visão selvagem, braçal e menos intelectual. A restrição ao envolvimento desses povos no currículo escolar causou grande perda no campo cultural, deixando, assim, mais uma lacuna na formação dos estudantes que tiveram uma formação enfocada apenas no eurocentrismo. (FERNANDES, 2005; MUNANGA, 2004).

Outros fatores, tais como a situação socioeconômica dos pais dos alunos, também contribuem para esse panorama, além de influenciar substancialmente no processo de aprendizagem. Entretanto, um dos aspectos mais relevantes que interferem no desenvolvimento e na aquisição do conhecimento é o sentimento de pertencimento à sociedade, o qual ainda é negado aos afrodescendentes e indígenas que estão na sala de aula. Por conseguinte, percebem-se a desmotivação e a evasão escolar, especialmente devido ao fato de que esses alunos não se identificam àquele ambiente. Nesse sentido, é preciso que as instituições de ensino compreendam e aceitem seus alunos de forma a considerar suas experiências passadas, suas origens e suas características intrínsecas que, em conjunto, constituem o seu ser. (SILVA, 2012).

Conforme descrito por Moraes (2014), a escola deve propagar o respeito às diferenças e a valorização da multiétnicidade. Logo, não se deve incentivar o exercício de hábitos e costumes que levam à segregação de indivíduos e práticas de cunho preconceituoso que, futuramente, pode afetar a vida em comunidade. Em contraste, é de suma importância que o professor planeje suas aulas de forma a debater a importância da diversidade cultural, desenvolvendo projetos que contemplem a memória coletiva, a história local, a cultura e a identidade de todos seus alunos. Dessa maneira, o educador pode contribuir para que seus aprendizes conheçam e respeitem as diferentes origens que formam a sociedade multicultural na qual se vive. (LIMA, 2004). Para tal, deve-se atentar para não se limitar a trabalhar assuntos de “caráter conteudista”, como limitar o estudo do negro no Brasil ao período escravagista.

Embora seja irrefutável a necessidade de se melhorar muitos aspectos educativos na condução desses estudos, algumas evidências apontam a existência de

experiências positivas envolvendo o trabalho com a pluralidade na Educação Básica. Um ponto bastante significativo para essas experiências é a postura do educador e sua forma de conduzir os ensinamentos. De fato, o bom relacionamento professor/aluno permite que os conhecimentos sejam construídos de forma significativa a partir desse contato direto. Além disso, a mediação pode ser ponderada como a base para a erradicação de comportamentos discriminatórios no ambiente escolar. (PABIS; MARTINS, 2014; SILVA, 2011).

Frente ao exposto, nota-se a seriedade do papel do professor no ensino da história, da cultura africana e indígena. Sendo assim, é imprescindível que o educador se prepare fazendo pesquisas, buscando materiais de apoio e trocando experiências com outros profissionais. Também se percebe a importância do apoio da escola no desenvolvimento do trabalho com a pluralidade, a qual pode apoiar e melhorar de forma significativa o desempenho de seus professores, por meio de orientação pedagógica, de ofertas de cursos de capacitação continuada com oficinas, entre outras iniciativas.

Em suma, o projeto pedagógico e o desempenho dos professores devem ser reestruturados, uma vez que o apoio da escola às questões que propagam o respeito às temáticas sociais como a pluralidade pode transcender as fronteiras do ensino, alcançando as famílias e, assim, refletir na sociedade. (MORAES, 2014; SILVA, 2012). Por isso, é essencial que todos os profissionais da educação tenham conhecimento da existência da Lei 10.639, visto que a mesma pode beneficiar tanto o professor que tem segurança em trabalhar o que prevê a referida Lei, como para o aluno que tem assegurado o seu direito em conhecer as culturas que formam a sociedade brasileira, independente de suas características bioétnicas.

3 Metodologia

O presente estudo se trata de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo/descritivo, envolvendo professores das séries iniciais de escolas da rede estadual de Patos de Minas-MG. Os instrumentos metodológicos utilizados foram levantamentos bibliográficos para a busca de informações relevantes para a abordagem do conteúdo. Dessa maneira, foram selecionados autores que discutiram as questões etnicorraciais em seus estudos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semi-estruturados aplicados de forma censitária aos professores, buscando compreender o perfil do profissional, sua capacitação e suas contribuições no ambiente escolar com atividades e projetos de valorização da cultura afro-brasileira. Por fim, com interesse em verificar a existência ou não de diferenças estatisticamente significantes, entre as opiniões de professores mais novos e de professores mais velhos, os dados apurados nos questionários foram analisados utilizando o teste de Fisher, sendo os resultados considerados significativos quando $p < 0,05$. Além disso, a análise descritiva dos dados foi conduzida para melhor compreensão das respostas dos sujeitos pesquisados.

4 Resultados e discussão

Ao longo da pesquisa bibliográfica, foram selecionados dois autores brasileiros que foram considerados os referenciais da abordagem da história e da cultura da população afrodescendente no Brasil: Munanga (2004) e Pereira (2007). Os dois autores seguem a mesma linha de pensamento ao defender a importância de se estudar a cultura das minorias nas escolas. Para esses autores, a maior motivação do preconceito racial e da evasão escolar de alunos negros é o não reconhecimento de sua cultura na escola.

De acordo com Munanga (2004), a educação não se resume apenas a um sistema de desenvolvimento intelectual, pois sua função é muito mais ampla, assumindo características mediadoras que se comprometem com a capacitação dos indivíduos para o exercício da cidadania. Sendo assim, a Lei 10.639/03 pode ser considerada um instrumento acessório para a concretização dessa proposta de educação, visto que a mesma estabelece meios para inserção de determinados conteúdos que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem. (PEREIRA, 2007).

Contudo, conforme apontado por Pereira (2007), a prática da referida norma nas instituições escolares requer cuidado para que não reproduza estereótipos raciais. Nesse sentido, a comunidade escolar deve estar atenta para a desconstrução de princípios e práticas que reproduzam a desigualdade racial. De modo especial, os professores devem buscar métodos de ensino diferenciados, como em materiais didáticos contextualizados, para construir, assim, valores sociais que minimizem comportamentos discriminatórios.

Em relação à pesquisa de campo, participaram deste estudo 30 professores que lecionam nas séries iniciais das escolas investigadas, os quais compuseram o universo amostral. O perfil desses educadores revelou que os mesmos possuem, em média, 37 anos de idade e cerca de, aproximadamente, 11 anos de experiência profissional no magistério. A maioria dos investigados possui curso superior em Pedagogia (77%) e atua em pelo menos um turno (77%). Além disto, metade dos professores entrevistados declarou possuir curso de pós-graduação. A Tabela 1 apresenta o perfil dos educadores que participaram da pesquisa.

Tabela 1- Perfil dos educadores das séries iniciais investigados

Variáveis	%
Faixa Etária	
20-30	27
30-40	37
>40	36
Experiência Profissional	
<10 anos	53
10-20 anos	20
>20 anos	27

Continuação da Tabela 1

Formação	
Magistério	7
Magistério/Pedagogia	13
Pedagogia	77
Pedagogia/Química	3
Especialização	
Alfabetização	3
Alfabetização e Letramento	3
Didática da educação	7
Educação Infantil	3
Gestão Pública Municipal	3
Inspeção Escolar	3
Mídias da Educação	3
Orientação e Supervisão	3
Psicopedagogia	17
Psicopedagogia, Educação Especial	3
Sem respostas	50

Analisando esses resultados preliminares, pode-se inferir que a experiência profissional e a formação do docente são elementos facilitadores para o desenvolvimento de temas como a diversidade cultural e a educação inclusiva no ambiente escolar. De fato, segundo Munanga (2004), o despreparo e a falta de capacitação profissional levam à construção de mitos raciais que comprometem o processo de formação do caráter social dos alunos. Nesse sentido, a capacitação é um dos requisitos indispensáveis para o trabalho da multiculturalidade em sala de aula, visto que contribui para minimização de problemas referentes ao despreparo profissional, como na integração social dos alunos e no combate às práticas discriminatórias.

Durante a investigação, os professores foram questionados sobre vários aspectos acerca das práticas que valorizam a diversidade cultural na escola, assim como da postura dos mesmos em relação a estas. Todos os professores foram unânimes ao emitirem respostas positivas sobre a importância de se trabalhar em suas aulas de História a cultura dos povos africanos e indígenas. Algumas justificativas apontadas para essa questão se concentraram na relevância do conhecimento das origens e na construção de valores para a superação de preconceitos.

A cultura é parte fundamental do caráter social do indivíduo, cabendo ao educador leva-la ao ambiente escolar. O momento é oportuno e necessário; o professor deve ser o mediador de um assunto tão digno de atenção. Quando se conhece a origem, evita-se o preconceito (professora entrevistada).

Nessa perspectiva, Pereira (2007) afirma que a escola e os currículos podem ser a chave para o combate ao racismo, uma vez que apresentam aspectos favoráveis aos debates e planejamento de ações que podem minimizar a discriminação. Assim, conscientes da necessidade de se trabalhar a temática multicultural, 63% dos

professores declararam que abordam essa temática constantemente em suas aulas, principalmente quando contextualizam o conteúdo programático com esse tema.

Contudo, a maior parte dos educadores acredita que os casos de racismo e discriminação cultural nas escolas ainda são persistentes (80%). De fato, quando instigados sobre os desafios que cercam o ensino da história e da cultura dos povos africanos e indígenas, 30% dos educadores consideram o preconceito racial o principal entrave para o desenvolvimento do tema. Por outro lado, 27% dos entrevistados atribuem a falta de capacitação e o despreparo do professor como a maior dificuldade na abordagem do tema. Conforme pontuado pelos Parâmetros Nacionais Curriculares (1996, p. 15), “saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira”.

Entretanto, a maioria dos docentes (53%) afirmou que, muitas vezes, os alunos se mostram abertos e interessados em estudar esse assunto. O principal motivo apontado pelos professores para o interesse das crianças sobre o tema é a abordagem do assunto de forma atraente e interativa, o que facilita o processo de aprendizagem. De acordo com Vygotsky (1998, p. 46), “o conhecimento se dá na troca, na interação e na dinâmica social com o outro”. Nesse sentido, foram questionados aos professores quais os recursos mais utilizados para o processo de mediação da diversidade cultural indígena e africana, em que foram mencionados os projetos (26%) e as visitas técnicas (20%) a museus e cidades históricas como Ouro Preto.

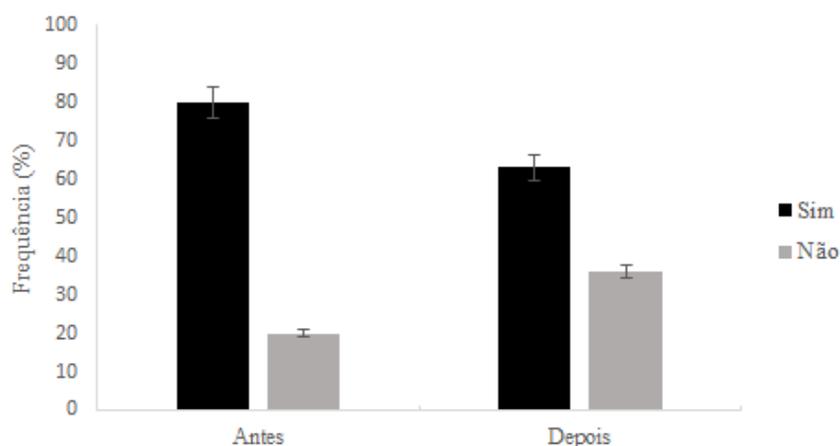
Os projetos são uma excelente ferramenta para o processo de ensino-aprendizagem, pois possibilitam o uso da tecnologia para o ensino da diversidade cultural por meio de filmes, internet e jogos. Entretanto, a disponibilização de recursos tecnológicos para o ensino da diversidade cultural pode apresentar muitos prejuízos quando relacionada aos efeitos da globalização. Cardoso e Muzzeti (2007) apresentam uma visão holística ao afirmar que esses efeitos podem ser dramáticos, especialmente para a manutenção da pluralidade cultural. De fato, os recursos tecnológicos que quebraram as barreiras da comunicação e do conhecimento podem trazer danos irreparáveis à identidade nacional. Se, por um lado, essas ferramentas contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por outro, estas revelam uma tendência à homogeneização cultural. Nesse sentido, é preciso que o professor saiba intervir de forma correta nesse sistema para amenizar futuras consequências.

Por outro lado, quando investigados acerca do posicionamento da escola no ensino desse tema, 40% dos educadores revelaram que a instituição apoia e determina o trabalho da diversidade cultural em sala de aula. Contudo, em outras instituições investigadas, 30% dos professores informaram que a abordagem do tema fica a critério do mesmo ou, ainda, algumas escolas informam sobre a obrigatoriedade do conteúdo ser lecionado, porém não supervisiona o trabalho do professor (26%). O suporte pedagógico é essencial para a efetivação do trabalho com a diversidade em sala de aula e, assim, o cumprimento da Lei 10.639/03. Pereira (2007) afirma que a importância da inserção de elementos da diversidade cultural indígena e africana no currículo se concentra na possibilidade de oferecer aos docentes e discentes a oportunidade de reflexão da identidade nacional e da construção de seus valores para, assim, transformá-los em modelos sociais.

No que diz respeito às contribuições do ensino da diversidade cultural, grande parte dos professores entrevistados (63%) respondeu que, após o estudo do tema, nota-se, na maioria das vezes, que os alunos começam a apresentar mudança de comportamento ao repensar e construir consciência de que, apesar das culturas serem diferentes, todas elas possuem seu valor. Munanga (2004) explica que, ao trabalhar a educação para a diversidade e a cultura, os discentes são instigados à desconstrução dos mitos de superioridade e inferioridade racial entre os grupos, desfazendo, assim, atitudes e pensamentos discriminatórios.

Analisando as respostas encontradas e buscando uma melhor compreensão dos resultados obtidos, os professores foram divididos em dois grupos (mais novos e mais velhos). Contudo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significantes ($p < 0,05$) entre as frequências de respostas dos dois grupos de professores, classificados de acordo com a idade e o tempo de serviço. Entretanto, analisando a Figura 1, a seguir, pode-se verificar que o trabalho realizado com a diversidade cultural africana e indígena em sala de aula tem contribuído para a transformação do ambiente educacional. De fato, a existência de casos de preconceito e discriminação racial reduziu após o desenvolvimento da temática, segundo os dados coletados neste estudo.

Figura 1- Existência de casos de preconceitos reportados pelos professores entrevistados antes e depois do trabalho com a diversidade cultural indígena e africana em sala de aula



Nesse contexto, pode-se inferir que, apesar da pequena expressividade dos resultados obtidos, a Lei 10.639/03 vem sendo cumprida nas escolas investigadas, nas quais se percebem resultados positivos na atitude e no comportamento dos alunos. Por outro lado, o cenário encontrado poderia ser melhor, se houvesse maior engajamento da escola no processo de educação para a diversidade. De acordo com Pereira (2007), os entraves para a prática da Lei 10.639/03 se estendem às condições que sustentam a escola, como sua cultura e origem, na qual é responsável pela manutenção das desigualdades sociais. Portanto, torna-se necessária uma visão crítica para melhorar as

oportunidades de ensino e a formação das crianças numa cultura democrática e participativa.

5 Conclusão

A execução da primeira etapa da pesquisa que consistiu em investigação bibliográfica pode confirmar algumas hipóteses iniciais, como as raízes do preconceito racial atreladas ao processo histórico brasileiro. Além disso, o levantamento teórico revelou também que muitos materiais didáticos utilizados para o ensino de história omitem a participação da cultura africana e indígena da construção da identidade nacional.

No que diz respeito à pesquisa de campo, esta possibilitou compreender de forma prática como a Lei 10.639 vem sendo trabalhada em sala de aula por meio de projetos que têm como pauta a diversidade cultural. Nesse aspecto, o trabalho dos docentes tem contribuído para a minimização dos problemas que envolvem o racismo e a discriminação. De fato, nota-se que a maioria dos docentes está consciente da importância de se tratar as questões da diversidade cultural em sala de aula. Contudo, esses profissionais têm encontrado muitos desafios, dada a resistência de alguns alunos e familiares, bem como uma lacuna em seu processo de formação.

Nesse sentido, destaca-se a importância da formação continuada dos professores e a reformulação do currículo escolar. Portanto, é dever da escola oferecer o suporte pedagógico necessário ao bom desenvolvimento da educação para a diversidade, pois, embora contemplada por alguns docentes, é necessário que a multiculturalidade esteja presente na proposta pedagógica das escolas de forma a atender efetivamente aos objetivos da Lei 10.639/03.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe; DANTAS, Carolina. Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*. Londrina, v. 3, n. 6, p. 21-37, dez. 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Primeiras Análises: situação da Educação Brasileira-Avanços e Problemas. *Comunicados do IPEA*. Brasília: nº. 66. 2010.

_____. Ministério da Educação. Lei 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, Parecer CNE/CP nº 03/2004.

_____. Ministério da Educação. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

CARDOSO, Sônia Maria Vicente; MUZZETI, Luci Regina. Tema: as dimensões da diversidade cultural brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, São Paulo, v.2, n.1, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v.25, n.67, 2005.

HENRIQUES, Ricardo; et al. Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. *Cadernos SECAD*, Brasília, 2007.

LIMA, José Rosamilton. O desafio da escola em trabalhar com a diversidade. *Revista Memento*, Rio Verde, v. 3, n.1, 2012.

LIMA, Mônica. A África na sala de aula. *Revista nossa história*, São Paulo, ano 1, n.4, fev 2004.

MORAIS, Caroline da Silva. *Diversidade cultural e a educação: papel do professor e o da escola na superação de preconceitos*. 2014. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/diversidade_cultural_e_educacao11/index.php?pagina=0>. Acesso em: 20 set. 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PABIS, Nelsi Antonia; MARTINS, Mario de Souza. *Educação e diversidade cultural*. Paraná: Unicentro, 2014.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, Adriana. *Diversidade cultural na escola: a tarefa por fazer*. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2013/03/Adriana-Silva.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SILVA, Natalino Neves. *A diversidade cultural como princípio educativo*. Belo Horizonte: Fumec, 2011.

A DIVERSIDADE CULTURAL: A NECESSIDADE E A OBRIGATORIEDADE DE SE TRABALHAR A
CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR

UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. *Relatório Mundial da Unesco*. 2009.

VYGOTSKY, L. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.